

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.341 - AL (2019/0158911-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL
RECORRIDO : NATHALIA CALHEIROS MARQUES LUZ
ADVOGADO : ARTHUR DE ARAUJO CARDOSO NETTO E OUTRO(S) -
AL003901

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. UNIVERSIDADE FEDERAL. PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA. EDITAL QUE FIXA LIMITES DE CARGA HORÁRIA. PODER REGULAMENTAR EXCESSO. CONTROLE DE LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 275/276):

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE ESTUDANTE. UNIVERSIDADE. EDITAL. FIXAÇÃO DE LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DE CARGA HORÁRIA NA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM. PODER REGULAMENTAR. EXCESSO. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta contra sentença que concedeu a segurança para afastar a cláusula 3.1.f do Edital nº 27/2017 - UFAL, determinando que seja efetuada a matrícula da impetrante no 6º período do Curso de Direito Noturno da Universidade Federal de Alagoas, salvo se outro não for o impedimento.

2. No presente caso, foi ajuizado mandado de segurança, por meio do qual a parte impetrante objetivava, através de processo de transferência externa, e independentemente da cláusula 3.1.f do respectivo edital (exigência de limitação de horas máximas já cursadas), a sua matrícula no 6º período do Curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, com o aproveitamento de todas as matérias já cursadas.

3. A UFAL publicou o Edital nº 27/2017, com o fito de preencher vagas destinadas a transferências externas, tendo a autora sido reprovada na segunda e última etapa em virtude de ter cursado mais de 1960 horas na instituição de origem, pois já tinha integralizado 2360 horas. A referida exigência está prevista no item 3.1, f do Edital em tela, e consiste num limitador que estipula que o candidato deve ter cumprido, na IES de origem, carga mínima de 400 horas e carga máxima de 1960 horas.

4. No que tange ao argumento de inexistência de direito líquido, a ressalva contida na parte dispositiva da sentença é suficiente para afastar a alegação de que seria necessário analisar os currículos das universidades de origem e destino para avaliar a compatibilidade das disciplinas e efetivamente identificar o período em que poderia ser eventualmente colocada na UFAL.

Superior Tribunal de Justiça

5. Embora o edital seja a lei do concurso e vincule as partes interessadas, a jurisprudência deste Tribunal tem se posicionado pela ilegalidade desses parâmetros de integralização de carga horária para fins de transferência voluntária de estudante, entendendo que excede o poder regulamentar do edital que condiciona a transferência ao cumprimento de percentuais mínimo e máximo de carga horária pelo estudante. Isso porque, a despeito da autonomia didático-científica conferida às universidades pela Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, não previu esse requisito para fins de transferência voluntária.

6. A respeito da questão em debate, colacionam-se os seguintes julgados: PROCESSO: 08004676920134058000, APELREEX/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, Segunda Turma, JULGAMENTO: 12/08/2014; PROCESSO: 08047394520164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, 3ª Turma, JULGAMENTO: 28/10/2016; PROCESSO: 08000594420144058000, APELREEX/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL ERHARDT, Primeira Turma, JULGAMENTO: 26/06/2014; PROCESSO: 08004815320134058000, AC/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 20/02/2014.

7. Mostra-se correto o entendimento do juízo sentenciante no sentido de que " a norma editalícia que estabelece a exigência de carga horária máxima extrapola os limites do art.49 da Lei 9.394/96, mostrando-se desarrazoada ao impedir que candidatos que possuam mais horas . participem do processo seletivo Destaque-se, neste ponto, que a impetrante manifestou-se no sentido de fazer uma concessão, renunciando às matérias já cursadas, não havendo porque se ". criar qualquer embaraço a este desígnio.

8. Desse modo, considerando que a conduta da Administração extrapola os limites da legalidade, não há que se falar em invasão do Poder Judiciário no mérito do ato administrativo. Além disso, não se cogita de violação ao princípio da isonomia, tendo em vista que não se impediu que outros candidatos, em igual situação, participassem do certame e buscassem a via jurisdicional na defesa de seus direitos.

9. Apelação improvida.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente alega violação do artigo 53, I e V, da Lei n. 9.394/1996, ao argumento de que o indeferimento de inscrição para preenchimento de vaga destinada a transferência externa é legítimo em razão da carga horária máxima prevista previamente em edital e que o Poder Judiciário deve ater-se à verificação de observância do princípio da legalidade e da vinculação ao edital.

Com contrarrazões às fls. 331/345.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 347.

É o relatório. Passo a decidir.

No que diz respeito ao artigo 53, I e V, da Lei n. 9.394/1996, vinculado à tese de legitimidade de previsão editalícia que limita carga horária máxima para preencher vaga de transferência, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ademais, a recorrente, ao indicar ofensa ao referido artigo e direcionar a sua tese no sentido de impossibilidade de controle judicial de critérios de conveniência e oportunidade, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual o

edital publicado pela Universidade extrapola o exercício do Poder Regulamentar da Administração Pública, conforme o artigo 49 da Lei n. 9.394/1996, *verbis* (fls. 272/275):

Embora o edital seja a lei do concurso e vincule as partes interessadas, a jurisprudência deste Tribunal tem se posicionado pela ilegalidade desses parâmetros de integralização de carga horária para fins de transferência voluntária de estudante, entendendo que excede o poder regulamentar do edital que condiciona a transferência ao cumprimento de percentuais mínimo e máximo de carga horária pelo estudante. Isso porque, a despeito da autonomia didático-científica conferida às universidades pela Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, não previu esse requisito para fins de transferência voluntária.

Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO EM PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - REGULAR MATRÍCULA NO PERÍODO DA VAGA PLEITEADA - QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DO ART. 49 DA LEI 9.394/96.

1. Remessa oficial de sentença que, confirmando a liminar, concedeu a segurança, para determinar que a parte impetrada possibilitasse a participação da impetrante na prova de seleção de transferência para a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, referente ao curso de Medicina - Presencial - Campus Maceió - Bacharelado - Diurno - Semestral do 2º período, ocorrida em 8/4/2013, e, em caso de aprovação/classificação desta, que lhe seja assegurada a transferência pretendida.

2. Para realizar transferência de alunos regulares para instituições de educação superior, em cursos afins, faz-se imprescindível a existência de vagas e a realização de processo seletivo, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 9.394/96.

3. A exigência prevista no item 3.2 do referido Edital - candidato deve estar matriculado no período da vaga pleiteada - extrapola os limites do art. 49 da Lei 9.394/96, portanto inexistente óbice que candidatos, que estejam regularmente matriculados em períodos posteriores ao da vaga postulada, participem do processo seletivo.

4. No caso, a parte autora faz jus a participar da prova de seleção de transferência para a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, referente ao curso de Medicina - Presencial - Campus Maceió - Bacharelado - Diurno - Semestral do 2º período, porquanto estava regularmente matriculada no 4º período do curso de Medicina, na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba.

5. "A Universidade Federal de Alagoas não sofrerá qualquer prejuízo, ao possibilitar sua participação no certame e, caso aprovada, em efetivar a transferência pretendida - na realidade, a impetrante é quem estaria fazendo concessões, ao declinar do tempo e das matérias concluídas no 3º e 4º períodos do curso de Medicina".

6. Precedentes do TRF da 5ª Região: PJE: 08004815320134058000 e PJE: 08004876020134058000.

7. Remessa oficial improvida.

Superior Tribunal de Justiça

(PROCESSO: 08004676920134058000, APELREEX/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, Segunda Turma, JULGAMENTO: 12/08/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE ESTUDANTE. UNIVERSIDADE. EDITAL. FIXAÇÃO DE LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DE CARGA HORÁRIA NA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM. PODER REGULAMENTAR. EXCESSO.

1. Agravo de Instrumento manejado pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB em face da decisão que, em sede de Mandado de Segurança, deferiu liminar para garantir à Agravada/Impetrante o direito de concorrer em igualdade de condições com os demais alunos inscritos de outras instituições de ensino no Processo Seletivo para Transferência Escolar Voluntária - PSTV 2016.1, para o curso de Engenharia Civil.

2. O Edital PRG nº 10/2016, que regula o PSTV-2016.1 da UFPB, previu, no item 1.1 da cláusula 1 (relativa à inscrição), como condição para a participação no certame, estar o aluno regularmente matriculado em curso de graduação de outra instituição de Ensino Superior Brasileira, pública ou privada, e ter integralizado, na instituição de origem, um mínimo de 25% e o máximo de 50% da carga horária total do curso ao qual se encontra vinculado. Sendo assim, a Impetrante foi eliminada do processo seletivo por ter integralizado mais de 50% da carga horária do curso na instituição de origem.

3. Não obstante o edital ser a lei do concurso e vincular as partes interessadas, a jurisprudência deste Tribunal tem se posicionado pela ilegalidade desses parâmetros de integralização de carga horária para fins de transferência voluntária de estudante, entendendo que excede o poder regulamentar do edital que condiciona a transferência ao cumprimento de percentuais mínimo e máximo de carga horária pelo estudante, eis que a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, não previu Precedentes: APELREEX24711/RN, Desembargador esse requisito para fins de transferência voluntária. Federal Marcelo Navarro, Terceira Turma, DJe 22/11/2012; AMS101704/RN, Desembargador Federal Maximiliano Cavalcanti (Convocado), Terceira Turma, DJ 31/07/2009). Agravo de Instrumento improvido.

(PROCESSO: 08047394520164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, 3ª Turma, JULGAMENTO: 28/10/2016)

SUPERVENIENTE. INEXISTÊNCIA. PROVA DE SELEÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADE. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DIREITO DE ACESSO A EDUCAÇÃO.

ADOÇÃO DA TÉCNICA DE JULGAMENTO PER RELATIONEM.

1. Apelação cível interposta contra sentença que, confirmando

a liminar deferida, concedeu a segurança, para possibilitar a participação da Impetrante na prova de seleção, ocorrida no dia 15 de janeiro de 2014, e, em tendo sido aprovada/classificada, que lhe seja assegurada a transferência pretendida.

2. Não deve prosperar a alegação de perda de objeto superveniente, por não ter sido a impetrante classificada no processo seletivo, tendo em vista que constava no edital a existência de 3 vagas para o 4º período do curso de Medicina, tendo a impetrante alcançado a 7ª colocação no certame. Assim, diante da possibilidade de remanejamento ou mesmo desistência de alguns candidatos, pode a impetrante ficar dentro do número das vagas oferecidas. Preliminar rejeitada.

3. "Logicamente, se matriculado no 6º período do Curso de Graduação em Medicina, semestre letivo 2013.1, é possível concluir que o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º períodos foram superados. Assim, a parte impetrante preencheria os requisitos do Edital de Transferência nº 001/2013 DRCA/UFAL/Campus Maceió, principalmente o que consta do seu item 3.2, segundo o qual "o candidato só poderá concorrer à vaga do período ofertado, no curso pretendido, se houver concluído o período anterior àquele para o qual estiver concorrendo, devendo, ainda, estar regularmente matriculado no período da vaga pleiteada ou com o curso trancado no mesmo período ofertado".

4. Ora, se a impetrante pretende concorrer à vaga de transferência relativa ao 4º período, pela regra supramencionada, bastaria que tivesse concluído tão somente o 1º, 2º, 3º períodos. No caso, o impetrante foi além, evidentemente, uma vez que não só cumpriu o 1º, 2º e 3º períodos, mas também o 4º e 5º períodos, porquanto estaria matriculado no 6º período".

5. "Assiste razão à parte impetrante ao argumentar que a Universidade Federal de Alagoas não sofrerá qualquer prejuízo, ao possibilitar sua participação no certame e, caso aprovada, em efetivar a transferência pretendida - na realidade, a impetrante é quem estaria fazendo concessões, ao declinar do tempo e das matérias concluídas no 4º e 5º períodos do curso de Medicina".

6. " Como asseverado na decisão em que deferida a liminar, não é razoável impedir que a parte impetrante participe da prova de seleção para transferência, e, em sendo aprovado, efetue sua matrícula, em detrimento do direito constitucional de acesso à educação, tão somente porque não estaria atualmente matriculada no período da vaga pleiteada (4º período)".

7. "Decerto que não deve, o Judiciário, interferir nas decisões administrativas das universidades, que possuem autonomia administrativa garantida pela Constituição. Entretanto, no caso presente, a impetrante não pode ser prejudicada por formalidade exacerbada, cabendo, ao Judiciário, usar da equidade para corrigir eventual rigorismo na aplicação da norma geral editalícia diante do caso concreto. Acrescento que muito embora o edital seja a lei que rege as partes, não se pode olvidar que o seu conteúdo não pode ultrapassar o limite

da razoabilidade, nem tampouco da proporcionalidade. Nesse sentido, entendo que a exigência, concernente à conclusão de período e à efetiva matrícula no período que se pretende concorrer, não deve ser sempre rigorosamente tomada, ao ponto de se impedir que alguém participe de seleção de transferência de instituição de ensino superior".

8. Apelação e remessa de ofício não providas.

(PROCESSO: 08000594420144058000, APELREEX/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL ERHARDT, Primeira Turma, JULGAMENTO: 26/06/2014)

ADMINISTRATIVO. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE UNIVERSIDADE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA QUE ESTABELECE LIMITES DE PERÍODOS CURSADOS. EXCESSO DE PODER REGULAMENTAR.

1. Apelação em face de sentença responsável por reconhecer a nulidade do subitem 3.2 do edital de transferências para estudantes interessados em ingressar na UFAL, no que concerne a determinação de que o candidato deveria estar matriculado no período da vaga pleiteada - qual seja, terceiro - ou com o curso trancado neste mesmo período.

2. O requisito editalício de que o candidato à vaga decorrente de transferência voluntária esteja matriculado no terceiro período constitui uma exigência que extrapola àquelas constantes do art. 49 da Lei nº 9.394/96, responsável por vincular a participação de candidatos para transferência voluntária à existência de vagas e à submissão ao processo seletivo, afrontando, assim, ao princípio da legalidade.

3. Não merece prosperar a alegação da UFAL de que a participação do autor no certame de seleção estria afrontando o princípio da igualdade, pois concorreria em desigualdade de condições com os demais candidatos por estar cursando estágio mais adiantado do curso de medicina. A adoção de tal entendimento implicaria em limitação da ampla acessibilidade às vagas da Universidade Pública, em detrimento do direito constitucional de acesso à educação.

4. Apelação não provida.

(PROCESSO: 08004815320134058000, AC/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 20/02/2014)

Nesse passo, mostra-se correto o entendimento do juízo sentenciante no sentido de que "a norma editalícia que estabelece a exigência de carga horária máxima extrapola os limites do art.49 da Lei 9.394/96, mostrando-se desarrazoada ao impedir que candidatos que possuam mais horas participem do processo seletivo Destaque-se, neste ponto, que a impetrante manifestou-se no sentido de fazer uma concessão, renunciando às matérias já cursadas, não havendo porque se criar qualquer embaraço a este desígnio."

Desse modo, considerando que a conduta da Administração extrapola os limites da legalidade, não há que se falar em invasão do Poder Judiciário no mérito do ato administrativo. Além disso, não se cogita de violação ao princípio da isonomia, tendo em vista que não se impediu que outros candidatos, em igual situação, participassem do certame e buscassem a via jurisdicional na defesa de seus direitos.

Superior Tribunal de Justiça

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

